

Sumário

Prefácio	IX
Introdução	1
Capítulo 1 - A Judicialização dos Direitos Fundamentais Sociais	9
1.1. A eficácia e a aplicabilidade das normas de direitos sociais.....	9
1.2. A preferência da tutela coletiva sobre a tutela individual.....	14
1.3. Parâmetros para a definição de litígios estruturais	23
1.3.1. A origem das decisões estruturais	24
1.3.2. As medidas estruturantes	31
1.3.3. Processos estruturais: contornos gerais.....	39
1.3.4. Processos policêntricos e método dialógico de construção de decisão	45
1.3.5. A fase de cumprimento de sentenças estruturais.....	46
1.3.6. Decisões estruturais e pessoas jurídicas de direito privado	48
Capítulo 2 - Medidas Estruturantes e Diálogos Institucionais ..	51
2.1. A legitimidade democrática de decisões estruturais	52
2.1.1. O princípio da separação de poderes.....	52
2.1.2. A objeção de ordem democrática.....	59
2.2. A capacidade institucional do Judiciário para a coordenação de políticas públicas	63
2.2.1. A inadequação do processo judicial	63
2.2.2. A falta de expertise e capacidade institucional do Poder Judiciário para a coordenação de políticas públicas.....	65
2.2.3. Efeitos antidemocráticos do ativismo judicial.....	68
2.3. Ativismo judicial estrutural e diálogos institucionais	69

Capítulo 3 - O Procedimento de Litígios Estruturais	73
3.1. Críticas ao modelo “fraco” de intervenção judicial em políticas públicas.....	73
3.2. A execução de sentenças estruturais: dificuldades procedimentais e institucionais	85
3.3. Litígios estruturais como processos multipolares: publicidade e participação	91
3.4. Decisões estruturais e o Código de Processo Civil brasileiro de 2015.....	94
3.5. Meios coercitivos para a garantia de cumprimento de decisões estruturais.....	100
Capítulo 4 - A Efetividade de Decisões Estruturais.....	107
4.1. O impacto de decisões estruturais: efeitos diretos, indiretos, instrumentais e simbólicos	107
4.2. A superação de bloqueios políticos e institucionais	110
4.2.1. O efeito desbloqueador	115
4.2.2. O efeito deliberativo	118
4.3. Entre o conformismo e a idealização: as possibilidades reais de decisões estruturais	118
Capítulo 5 - Casos Paradigmáticos.....	123
5.1. O caso <i>Brown v. Board of Education of Topeka</i>	123
5.2. A reforma prisional nos Estados Unidos (“ <i>Prison Reform Cases</i> ”).....	133
5.3. O caso do deslocamento forçado na Colômbia	136
5.4. O caso Grootboom na África do Sul.....	138
Capítulo 6 - Litígios Estruturais no Brasil.....	145
6.1. Processos estruturais no Supremo Tribunal Federal	147
6.2. O caso da "ACP do Carvão"	161
6.3. O caso das creches no Município de São Paulo.....	165

Capítulo 7 - Outros Casos no Direito Comparado	171
7.1. Argentina.....	171
7.1.1. O caso Verbitsky.....	171
7.1.2. O Caso Mendoza.....	175
7.2. Índia.....	180
7.3. Colômbia.....	182
7.3.1. A reforma do sistema de saúde de Vaupés (Sentencia T-357 de 2017)	189
7.3.2. A contínua intervenção no sistema penitenciário (Sentencia T-762 de 2015).....	195
7.3.3. Medidas estruturantes na previdência social (Sentencia T-774 de 2015)	203
7.4. Itália.....	205
Conclusões	207
Referências Bibliográficas	209